



A DANÇA DO CACUMBI: NOVO OLHAR SOBRE AS FESTAS AFRO-BRASILEIRAS E AS VIVÊNCIAS DO PÓS-EMANCIPAÇÃO EM SANTA CATARINA

Jaime José dos Santos Silva¹

As festas afro-brasileiras, em Santa Catarina, denominadas de Cacumbi (também conhecida por outras denominações, como Quicumbi, Catumbi ou Ticumbi) homenageavam Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Eram festas que envolviam instrumentos musicais, danças e roupagens característicos; exibiam estandartes, coroavam seus reis e rainhas; com trovas e procissões percorriam as ruas das cidades homenageando os oragos de devoção. Seus aspectos podem ser comparados aos de outras regiões do Brasil como as Congadas em Minas Gerais e os Cucumbis do Rio de Janeiro; ou os Cacumbis do Estado do Espírito Santo (denominações que se assemelhavam às de Santa Catarina). O período em que geralmente acontecia os festejos coincidia com as comemorações do Natal e Ano Novo.

Nesta comunicação busco refletir sobre esta festa afro-brasileira em Santa Catarina, a intenção é problematizar a existência dessas festas não como algo homogêneo e que se manteve intacta, mas perceber que ao longo do tempo a vontade de organizar a festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário foi permeada de tensões e estratégias presentes nas relações cotidianas. Neste sentido, busco apreender de quais maneiras essas festas continuaram servindo de referências culturais e comunitárias para os ex-escravizados e seus descendentes no período posterior à abolição no Brasil, pois nelas estavam inseridos o direito de desfrutar da liberdade de venerar os santos católicos, à sua maneira, algo que acontecia desde os tempos da escravidão.

O quase total desaparecimento dessas festas no Estado de Santa Catarina, no século XX², não pode ser encarado como um fator natural, incapaz de resistir aos avanços do *progresso* e da *modernidade*, como deduziram alguns folcloristas³. Ela ocorre num contexto de mudanças sociais e

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), integrante da Linha Trabalho, Sociedade e Cultura, bolsista CAPES.

² Quase, pois, ainda se realiza a dança do Cacumbi no Estado, na localidade de Itapocu, no município de Araquari, localizado na região Norte de Santa Catarina. Ver: ALVES, Maria Jucélia; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleide (Orgs.). *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

³ Sobre as aspirações dos primeiros integrantes da Comissão Catarinense de Folclore, ver: GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. São Paulo: Revista



de forte racialização e preconceito para com os egressos do cativo. Estes homens e mulheres saídos da escravidão não “assistiram” o fim de suas festas como meros figurantes deste processo, buscaram, dentro dos seus limites, construir alianças e dialogar com os representantes do poder local⁴. A privação do direito à realização de suas festas foi diretamente proporcional a privação de outros direitos – como acesso a terra e garantias de trabalho – resultado dos estigmas construídos em torno da cor e do tão sonhado branqueamento da população brasileira, incorporado aos discursos das elites catarinenses do período posterior ao fim da escravidão no Brasil.

Durante a primeira metade do século XX o Cacumbi era realizado em alguns municípios da orla litorânea de Santa Catarina, como São José, Biguaçu, Tijucas, Penha, Piçarras, Araquari e também na capital, Florianópolis. Estudos dos folcloristas e historiadores catarinenses, Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), Walter Piazza (1925-) e Doralécio Soares (1914-2012)⁵, dentre outros⁶, conferem a presença da dança. Foram nas atividades da Comissão Catarinense de Folclore, fundada em 1948, que os primeiros dados sobre a dança do Cacumbi começaram a ser recolhidos e estudados.

Entre agosto e setembro de 1953, Walter Piazza juntamente com sua equipe⁷ registraram em campo a dança realizada pelos habitantes descendentes de escravizados e libertos da localidade de Cachoeira, no município de Biguaçu, região da Grande Florianópolis. Nas palavras de Piazza, ele e sua equipe procuraram: “(...) da melhor maneira possível, coligir dados sobre esta dança, até então,

Patrimônio e Memória / UNESP, v. 8, nº. 2, jul-dez. 2012, p. 5. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/292/339>. Acesso em: 23 de janeiro de 2013.

⁴ Ver: KIDDY, Elizabeth W. *Progresso e religiosidade: Irmandades do Rosário em Minas Gerais. 1889-1960*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, n. 12, dez. 2001, p. 95. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg12-5.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2011.

⁵ É complicado definir uma única função para esses intelectuais catarinenses. No decorrer de suas vidas assumiram várias atribuições em diferentes associações culturais, em um período no qual as fronteiras de atuação não estavam muito consolidadas. Ao mesmo tempo exerciam várias atividades: de historiadores, sociólogos, cronistas, jornalistas, folcloristas, etc. Seus trabalhos estavam mais próximos do perfil dos *homens de letras*. Ver: GONÇALVES, Janice. *Op. cit.* 2012, p. 12.

⁶ Ver: ALVES, Maria Jucélia; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleide (Orgs.). *Op. cit.* 1990. FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, 500 anos litoral Catarinense*. 1ª ed. Florianópolis: Ed. do autor, 2000, p.362. SOARES, Doralécio. *Cacumbi – dança afro-brasileira no folclore catarinense*. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, n. 45-46, 1993/1994, p. 11-17.

⁷ A equipe foi composta por Alberto Ramagem (responsável pelos desenhos); Ernani Meira (na parte fotográfica) e Júlio Azevedo (o motorista).



apenas conhecida por ouvir dizer e da qual possuímos [possuíam] referências muito vagas, e que não fora estudada em nosso Estado”⁸.

De fato este, muito provavelmente, representa o primeiro estudo sobre a dança do Cacumbi em Santa Catarina – ou Quicumbi, como era chamado pelos participantes daquela localidade. Numa espécie, guardada as proporções, de uma “missão de pesquisas folclóricas”⁹ catarinense, Piazza e sua equipe coletaram relatos orais, informações sobre a execução da dança, os instrumentos e roupas utilizadas nos dias da festa (tudo representado por desenhos e fotografias). Essas informações recolhidas revelam um fragmentado, porém significativo, panorama de um catolicismo afro-brasileiro em Santa Catarina. A localidade de Cachoeira era um pequeno distrito rural composto por uma meia centena de casas e roças de mandioca, centralizado pela Capela dedicada a Santo Antônio e por uma escola estadual. Foi a partir dos depoimentos de Pedro Marcolino da Glória e Gregório André que os pesquisadores coletaram suas informações. E será a partir deles que comecei por tentar analisar e refletir sobre os significados desta festa afro-brasileira em Santa Catarina, antes e depois da abolição.

Segundo as informações dos levantamentos feitos para a Coleção Catarinense de Folclore, Pedro Marcolino e Gregório André eram filhos dos ex-escravizados e libertos da região, e dançadores experimentados do Cacumbi, “(...) o primeiro há mais de trinta anos e o segundo a vinte e oito anos”¹⁰. Marcolino aprendeu com seu pai, que também foi dançador do Cacumbi e “se fosse vivo na época teria mais de cem anos”¹¹, o que sugere que já se dançava por aquela região desde, pelos menos, a segunda metade do século XIX. Gregório André era o atual *Capitão* do Cacumbi e seu *mestre* havia sido Domingos Genorosa, outro dançador ainda *do tempo da escravidão*. Sob as ordens de seus mestres os participantes do Cacumbi de Cachoeira passavam épocas fora de casa, dançando em regiões vizinhas, “assim, de uma feita, dançaram dezoito dias consecutivos, no Estreito [bairro do município de Florianópolis]”¹². Porém, na época das entrevistas havia dois anos que não se organizava a festa, segundo Piazza, “por motivos que não cabem aqui apreciar”¹³. Esta frase usada por Piazza levanta curiosidades à respeito deste silêncio. Levando em conta a

⁸ PIAZZA, Walter. *O Cacumbi*. Coleção Catarinense de Folclore: Boletim Trimestral. Florianópolis/Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Ano V, dezembro de 1953 – junho de 1954, nº17/19, p.17. Grifo meu.

⁹ À exemplo da famosa Missão de Pesquisas Folclóricas feita no Norte e Nordeste do Brasil, organizado por Mario de Andrade em 1938.

¹⁰ PIAZZA, Walter. *Op. cit.* Dezembro de 1953 – junho de 1954, p.18.

¹¹ *Ibidem*, p.19.

¹² *Ibidem*, p. 20. Grifo meu.

¹³ *Ibidem*, p. 21.



conjuntura da época, provavelmente Piazza se esquivou de assuntos tortuosos que envolviam Estado, Igreja e seus projetos civilizadores para as *camadas populares*. Sabemos que naquele contexto em outras regiões do Brasil houve uma forte campanha da sociedade civil e da Igreja contra essas manifestações, e talvez Piazza quisesse não entrar nesses tortuosos assuntos. Elisabeth Kiddy¹⁴ descreve que as atitudes de repressão do Estado e da igreja em relação às congadas realizadas na cidade de Oliveira/MG seriam fruto das ações internalizadas na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX, ocasionadas por duas forças combinadas: de um lado o crescente processo de romanização da Igreja Católica no Brasil na busca por uma unidade religiosa intolerante às antigas práticas de organização das irmandades, confrarias, e ordens terceiras; e de outro as crescentes ideologias de civilização, progresso e degeneração racial no campo da sociedade civil. Por conta disso, ela percebe que o processo de proibição às manifestações tomou vigor na cidade de Oliveira nos anos de 1930 e 1940. Em Santa Catarina não foi diferente, em fins do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, houve uma crescente tentativa de remodelação das capelas e irmandades em Santa Catarina. Bispos reformadores e o ingresso de padres estrangeiros nas paróquias catarinenses serviram de base para um projeto de remodelação dos comportamentos sociais e religiosos da população, principalmente aquelas manifestações considerada de cunho *popular* realizadas nas regiões rurais do litoral e do planalto catarinense¹⁵.

A festa aconteceu por mais de 70 anos na localidade de Cachoeira, e antes de sua interrupção a dança era executada com a presença do capitão, dos marujos e da alferes de bandeira. O capitão vestia uma roupa amarela e carregava uma espada de aço, os marujos vestiam roupa branca de brim, ambos usavam um gorro da mesma composição da vestimenta, com um friso de fita vermelha, que colocavam também nas costuras laterais da calça. A alferes de bandeira conduzia uma bandeira tipo estandarte com algumas fitas coloridas e pinturas das imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Beneditos; os instrumentos utilizados para a dança na localidade de Cachoeira eram tambores e pandeiros. De acordo com o último capitão do Quicumbi de Cachoeira, Gregório André, “em outros tempos participavam desta dança: um rei, rainha, juízas; havia também a coroação”¹⁶, mas, naquela época estes personagens não figuravam mais na festa. A última rainha havia sido Generosa da Assunção, mãe do velho mestre de Gregório, Domingos Genorosa.

¹⁴ KIDDY, Elisabeth W. *Op. cit.* dez. 2001, p. 94-95.

¹⁵ SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p.27-62.

¹⁶ PIAZZA, Walter. *Op. cit.* Dezembro de 1953 – junho de 1954, p.20.



As lembranças de Gregório André sobre os personagens de *outros tempos* nos levam *ao tempo do cativo* em Santa Catarina. Reis, rainhas e juízas eram personagens presente nas festas de coroações de reis negros em Santa Catarina no século XIX, cujas informações mais densas que possuímos até agora são as que ocorreram na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Desterro, e no interior da Ilha de Santa Catarina. Pelo menos até a década de 1840, as festas aconteciam com certa tolerância por parte das autoridades da capital. Em 1845, as posturas municipais eram claras quanto a proibição dos reinados e batuques, o artigo 35 do Código de Posturas de Desterro especificava: “Ficam proibidos d’aqui em diante os ajuntamentos de escravos e libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objetivos os supostos reinados africanos, que, por festas, costumam fazer”¹⁷. Neste período a proibição das festas de coroações de reis pelos africanos e seus descendentes, escravos ou não, já estavam bem estabelecidas; apesar da tentativa de controle imposta nas leis, sua aplicação esbarrava nos limites e ambiguidades entre as autoridades sobre o proibir ou conceder a realização dessas festas, algo que permitiu evidenciar esses festejos até pelo menos o final da década de 1840 e início de 1850¹⁸.

Muitos dos elementos descritos pelos folcloristas catarinenses apresentam aspectos semelhantes a outras regiões brasileiras, no qual pesquisadores vêm tratando de colocar novas problemáticas, invertendo uma visão estática que situava essas manifestações e seus personagens como periféricas, incapazes de exercer ou de possuir poder algum, representando a festa como o triunfo das religiões e costumes europeus sobre as manifestações de matriz africana. Segundo Elisabeth Kiddy¹⁹, este fato cai por terra ao percebermos a disseminação dessas práticas e a importância de seu ritual, a historiadora explica que é preciso inserir os homens e mulheres que realizavam essas celebrações como indivíduos conscientes, portadores de histórias e identidades próprias, que influenciou na direção de uma consciência afro-brasileira, sem rejeitar as tradições africanas em favor das europeias. Marina de Mello e Souza²⁰ também tem se preocupado com essas questões, procurando entender as festas como uma forma cultural que tem sua origem no período

¹⁷ Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Desterro, Código de Posturas, Lei n. 222 de 10 de maio de 1845.

¹⁸ SILVA, Jaime José S. *Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX*. 2009, p.58. Monografia de Conclusão de Curso (Departamento de História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

¹⁹ KIDDY, W. Elizabeth. *Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil*. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.191.

²⁰ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



colonial, ela conclui que ao mesmo tempo em que as festas de coroações de reis negros incorporavam padrões lusitanos e valores católicos, reforçava os laços com a África natal. Esta ligação, fruto das relações no contexto da diáspora africana, criou uma identidade que sempre foi compartilhada pelos membros da sociedade, sendo passada de geração a geração. Ainda que, mudando ao longo do tempo, a autora demonstra que essas manifestações chegaram até o século XX sempre mantendo o seu caráter de devoção e identificação comunitária, com canto, dança, música e utilização de instrumentos próprios para os dias de festa.

Apesar de aparentemente extintas na Ilha de Santa Catarina depois da década de 1850, as autoridades da capital do Estado, pelo menos nas leis, mantinham-se irredutíveis quanto a aceitação das festas dos ex-escravizados e libertos. Em 1888, alguns meses depois da abolição da escravidão foi aprovado um novo Código de Posturas, no artigo 130 ficava proibida as festas “quaisquer que sejam suas denominações”, evidenciando uma pluralidade de nomes e provavelmente o Cacumbi fosse uma dentre estas outras denominações: “Fica proibido fazer sambas e batuques *quaisquer que sejam as denominações*, dentro das ruas da cidades ou das povoações”²¹. Ainda que, reafirmada sua proibição nas leis da capital, é possível perceber que em alguns municípios da Grande Florianópolis muitas tradições do *tempo da escravidão* foram mantidas e ganharam novos significados, no final do século XIX e início do XX.

Poucos meses antes da abolição da escravidão no Brasil, no dia 10 de janeiro de 1888, o *Jornal O Independente*, de Tijucas²², publicou uma matéria sobre o *Ano Novo dos escravos e libertos da Vila de Tijucas*. A julgar pelo tom irônico, a utilização dos termos e o modo como descreve os acontecimentos festivos daquele dia, indica que uma parte da opinião pública deste lugar não era muito complacente com tais práticas:

Entramos no ano bissexto de 1888. A bulha infernal e algazarra com que a plebe cá da terra atroou os ouvidos dos cidadãos pacíficos, girando pulando e berrando noites inteiras. (...) Após a plebe e também alguns manatas tomarem seu pifão mui regularmente ridículo. O nosso amigo redator Padre Cruz esteve durante este tempo em São João de onde partiu para o Moura a fazer a festa dos pretinhos que ali concorreram um número talvez uns 200 entre cativos e libertos. Todos os senhores deram 3 dias de folga a seus escravos, menos um velhote caturra, José Vicente, que negou esta graça a dois pobres pretos que possui, obrigando-os ao trabalho no sábado de Reis e proibindo-lhes a folia com os demais no próprio dia santificado. Os infelizes cativos ao verem passar os companheiros de bandeiras içadas; o verem o rufo do tambor; o foguetório e a algazarra ou cantoria

²¹ Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Desterro, Código de Posturas. Título 5º. Cap. 2. Art. 130, par. 2, de 22 de outubro de 1888. Grifo meu.

²² Distante cerca de cinquenta quilômetros da capital, o município de Tijucas está localizado no litoral norte de Santa Catarina e pertence à região da grande Florianópolis.



da festa, choravam como crianças por não poderem fazer parte de tão alegre festejo. Continue meu velho que há de ganhar muito com sua caturrice²³.

As severidades e exageros estavam presentes naquela comunidade, resultando no castigo dado por José Vicente a dois de seus escravizados, negando o direito de folgarem nos dias santos. O sentido burlesco da matéria, não nos permite saber ao certo qual festa estava sendo realizada na localidade do Moura²⁴. Mas, a julgar pela data: Ano Novo, ou um *dia santificado*, tudo indica que aquele volumoso grupo de escravos e libertos (apontados pelo jornal com cerca de 200 pessoas) estavam usufruindo de seus raros dias de folga para celebrarem as tradições católicas, às suas maneiras. Pode estar inserido nesse dia a realização da dança do Cacumbi, com cortejos e utilizações de instrumentos próprios para o dia da festa.

O tom de desprestígio do jornal parece seguir os argumentos das novas correntes ideológicas presente no pensamento social brasileiro no final do século XIX. Era um pensamento que tinha como pano de fundo os ideais de progresso, civilização e degeneração racial, e que se tornou crescente ao longo da primeira metade do século XX. Segundo Lilia Moritz Schwarcz²⁵, esses ideais positivistas de civilização e progresso estavam em alta entre os intelectuais durante as décadas finais do século XIX e se baseavam em modelos de uma evolução racial eurocêntrica, que colocavam a presença do negro como um ameaça para o futuro da nação.

Porém, casos de pouca aceitação ou perseguição às manifestações festivas dos negros não foram exclusividades do período da abolição e pós-abolição da escravatura. Em diferentes momentos ao longo da história da escravidão no Brasil os escravizados e libertos tentaram negociar o direito de realizar suas festas²⁶. Ao que tudo indica seus descendentes seguiram negociando depois da abolição da escravatura, utilizando-se de estratégias de ação surgidas no horizonte de expectativas da proclamação da República e do fim do cativo. Um fragmento disso em Santa Catarina ocorreu por meio de um episódio também na cidade de Tijucas, no dia 16 de outubro de 1912. Neste dia foi enviado para o encarregado da diocese de Florianópolis, Dom João Becker, um

²³ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Jornal *O Independente*. Ano II, nº25, seção: Gazetilha, 10 de janeiro de 1888.

²⁴ Distante cerca de 15 quilômetros do centro de Tijucas, em direção ao município de São João Batista.

²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais*. Afro-Ásia, 18, 1996, p.77-78. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p77.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013. Ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil(1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.43-66.

²⁶ Ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.



abaixo-assinado contendo vinte e três assinaturas dos “homens de cor” reivindicando uma licença para a realização da festa e coroação em homenagem a Nossa Senhora do Rosário

(...) em nome da totalidade dos homens de cor desta Paróquia, vem respeitosamente representar: Que era de praxe antiga nesta Paróquia encarregarem-se de festejar anualmente Nossa Senhora sob a invocação do Rosário, cuja celebridade constava além dos atos religiosos internos na Matriz, também da subida da bandeira ao toque de alguns instrumentos de corda acompanhada de cânticos religiosos, bem como da coroação do festeiro a quem dão o título tradicional de “Imperador”.

Sucedeu porém, que há dez anos mais ou menos por ordem da autoridade Diocesana, foram essas formalidades suspensas, sendo só permitido as do culto interno, o que desgostou a maioria dos interessados e deu em resultado o abando completo da devoção. Chegou porém, agora ao conhecimento dos abaixo assinados que foi concedido um caso idêntico a outra Paróquia a permissão para continuar essa formalidade como d’antes o que assim sendo, inspirou aos signatários o sortimento de dirigirem-se submissamente esperando deferimento favorável de Vossa Excelência Reverendo²⁷.

Embora o documento ainda insistisse em classificá-los como “homens de cor”, e não como cidadãos, o abaixo-assinado representa um ato de cidadania e uma estratégia de ação imersa nos novos contextos sociais e foi utilizado para reivindicarem algum espaço e legitimidade do direito de realizarem suas festas. Queria-se não apenas o direito de praticar o culto interno na igreja, mas também aquele que ocorria nas ruas, com cantos, danças, instrumentos musicais, acompanhados da subida da bandeira (provavelmente com a imagem de Nossa Senhora do Rosário) e a coroação do *Imperador* da festa, uma maneira de rememorar histórias próprias daquela comunidade afro-catarinense. Mesmo sem o documento mencionar, essas são referências próximas à dança do Cacumbi, e ao que tudo indica fazia mais de dez anos que não era realizada, devido à proibição das autoridades eclesiásticas. Neste caso, aquela festa na localidade do Moura, provavelmente, seria uma das últimas realizada na região, antes desta mencionada proibição. No documento percebemos ainda, a importância da festa para seus participantes, em que aproveitam a concessão do direito dado à outra paróquia como uma chance de realizar suas festas, na maneira como estavam acostumados e do jeito que despertava maiores interesses nos participantes. Nas entrelinhas deste documento, vemos quem sabe a dança do Cacumbi sendo executada, pelo menos nos anseios, memórias e nas aspirações daqueles que promoveram o abaixo-assinado.

Um dos que assinaram chamava-se Ismael Caetano Dutra, e encabeçava a lista de assinaturas. Segundo Clélia Bayer²⁸, viveu em Tijucas, um barbeiro, “homem de cor” “com fumaças de granfino [sic], e estatura mediana, (...) depois da libertação dos escravos, era quem

²⁷ Arquivo da Arquidiocese de Florianópolis. *Paróquia de São Sebastião I (1900-1939)*. 16 de outubro de 1912.

²⁸ Clélia C. Bayer foi uma pesquisadora tijuquense responsável por coletar boa parte das informações sobre o Cacumbi na cidade de Tijucas/SC.



comandava o cacumbi”²⁹, seu nome era Ismael Dutra, segundo a pesquisadora, um nome presente nas memórias dos filhos e netos dos descendentes dos escravizados de Tijucas. Será que se trata do mesmo Ismael que junto com seus outros vinte dois companheiros reivindicava a permissão de festejarem o culto a Nossa Senhora do Rosário pelas ruas da cidade? Dentro dos limites historiográficos, por enquanto, podemos imaginar que sim, e provavelmente, naquele momento, Ismael e seus amigos conseguiram o direito a realização da dança do Cacumbi, pois se sabe que a dança do Cacumbi na cidade de Tijucas teve sua definitiva proibição em 1944, após quase meio século de existência³⁰.

Recorrendo a estas fontes esta comunicação tentou esboçar as primeiras tentativas de identificar antigas formas de sociabilidade na devoção de Nossa Senhora do Rosário que continuaram a servir de referências para seus descendentes no período pós-emancipação, apesar da oposição imposta por vários atores sociais e do embaralhar das regras hierárquicas após a abolição da escravatura e da proclamação da República. A festa continuava presente, ou pelo menos os elementos que ainda auxiliavam na constituição de laços comunitários, servindo de referências sociais e de identidade cultural para seus participantes, laços estes essenciais em meio aos limites e imprevisibilidades da sociedade no período da pós-emancipação no Brasil.

Pensar no tema *feira* (especialmente as realizadas pelos descendentes de escravizados e libertos em devoção a Nossa Senhora do Rosário) no *pós-abolição* torna-se importante para as novas reflexões que atualmente tem sido caro aos historiadores, perceber casos de proibição e perseguição às suas festas e outras práticas culturais é importante e está relacionada a outras experiências de privações de direitos estigmatizadas por suas origens étnicas. Almejar entender as estratégias e os caminhos pelos quais se buscou contornar nas práticas cotidianas essas questões, e os seus limites, tem tudo haver sobre as expectativas dos ex-escravos e seus descendentes em *finalmente* vivenciar a liberdade na sociedade do pós-abolição. Operando num campo de possibilidades e incertezas, esses homens e mulheres tentaram, dentro de seus limites, politizar seu cotidiano, construindo alianças buscando agenciar suas vidas, por meio de mecanismos alternativos de ação, como por exemplo, o abaixo-assinado de 1912. Ismael Caetano Dutra, Gregório André, Marcolino da Glória são uns entre tantos outros anônimos que tentaram isso.

²⁹ BAYER, Clélia C. *O fantástico cacumbi*. In: CAMPOS, Ademar. *Nosso folclore*. 1ª ed. Tijucas: Secretária Municipal de Educação e Cultura – Jornal do Povo e Centro Cultural Harry Laus, 1996, p.85.

³⁰ BARENTIN, Leopoldo *O sonho de Paula: retalhos da cultura afro de Tijucas*. 1ª ed. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006, p.21-22.



Bibliografia

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALVES, Maria Jucélia; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleide (Orgs.). *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- BARENTIN, Leopoldo. *O sonho de Paula: retalhos da cultura afro de Tijucas*. 1ª ed. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006.
- BAYER, Clélia C. *O fantástico cacumbi*. In: CAMPOS, Ademar. *Nosso folclore*. 1ª ed. Tijucas: Secretária Municipal de Educação e Cultura – Jornal do Povo e Centro Cultural Harry Laus, 1996.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos do AEL (Campinas) 14, 2009, p.13-47. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/45/47
Acesso em: 23 de abril de 2012.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Apresentação*. In: _____ (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2001, p.11-39.
- FARIAS, Vilson Francisco de. *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, 500 anos litoral Catarinense*. 1ª ed. Florianópolis: Ed. do autor, 2000.
- FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Maria Gomes. *Que cidadão? Retóricas da igualdade e cotidiano da diferença*. In: _____ (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 7-15.
- GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. Revista Patrimônio e Memória. UNESP/São Paulo, nº. 2, v. 8, jul.-dez. 2012 p. 4-25. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/292/339> . Acesso em: 23 de janeiro de 2013.
- JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Falando de festas*. In: _____ (orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. 1ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001, vol.1, p. 3-18.
- KIDDY, Elizabeth W. *Progresso e religiosidade: Irmandades do Rosário em Minas Gerais. 1889-1960*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, n. 12, dez. 2001, p. 93-112. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg12-5.pdf . Acesso em: 28 de novembro de 2011.



KIDDY, W. Elizabeth. *Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil*. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.165-191.

LARA, Sílvia Hunold. *Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP.

São Paulo, 1981, p.43-56. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria12.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2011.

PIAZZA, Walter. *O Cacumbi*. Coleção Catarinense de Folclore: Boletim Trimestral. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina /Florianópolis, Ano V, dezembro de 1953 – junho de 1954, nº17/19.

REIS, João José. *Batuques negros: repressão e permissão na Bahia oitocentista*. p. 348-349. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001, vol.01, p. 339-360.

REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo, vol. 2, nº3, 1996, p.7-33. Disponível em: <http://www.categero.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2010/10/PDF1.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2008.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 301 p.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, Rio de Janeiro, v.5, n.8, jan.-jun. 2004, p. 170-198. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf. Acesso em: 3 de agosto de 2011.

SCHWARCZ, Llia Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais*. Afro-Ásia, Salvador, n. 18, 1996, p.77-101. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p77.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil(1870-1930)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SILVA, Jaime José S. *Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX*. 2009, 74p. Monografia de Conclusão de Curso (Departamento de História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



SOARES, Doralécio. *Cacumbi – dança afro-brasileira no folclore catarinense*. Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, n. 45-46, 1993/1994, p. 11-17.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.